



# Extinção do IIE Condenação à morte da novidade educativa?!

Na sequência de um conjunto de medidas de austeridade iniciadas pelo actual executivo toda a sociedade portuguesa foi confrontada no dia 8 de Maio com a publicação de uma lista de institutos e organismos de estado destinados a serem extintos, fundidos ou reestruturados. Entre estes contavam-se três institutos na área da educação — o Instituto de Inovação Educacional — IIE, o Instituto de História da Educação — IHE e o Instituto Nacional de Acreditação da Formação de Professores — INAFOP. Se os dois últimos contam com um tempo de vida relativamente curto, apesar do

trabalho já desenvolvido, o IIE, criado em 1989, no primeiro governo de Cavaco Silva tem um espólio de recursos, experiências e trabalho junto de escolas e professores muito significativo.

A extinção dos institutos com a reserva de que o “Governo pretende salvaguardar o trabalho que estava a ser feito” sem a definição de como se pretende dar continuidade às funções que vinham desempenhando, é algo, por si só, preocupante.

A metodologia de extinção, ou seja, a “presidente do IIE foi apanhada de surpresa pela notícia: ‘Soube pelos jornais’”, e de que ao presidente do IHE a “notícia também chegou pela imprensa”, são indicadores de que algo há a questionar. Como medidas puramente economicistas, quando os orçamentos dos referidos institutos são ridículos, não parecem decisões ajustadas. Tentemos problematizar, então, os objectivos para que estas instituições foram criadas. O IIE criado durante o primeiro governo de Cavaco Silva tinha, com toda a certeza, objectivos que do ponto de vista político não deveriam ser questionáveis no actual contexto político. Se a sua extinção se devesse ao facto de não estar a cumprir as finalidades da sua criação e estas se reconhecem como importantes, então deveria ter havido uma particular atenção em atribuir as funções a outra instituição que desse cumprimento aos objectivos definidos. Não parece ser o caso. Teremos que concluir que os objectivos definidos para estas instituições deixaram de fazer sentido. Desenvolver e apoiar projectos de inovação e proceder à sua divulgação, bem como publicar estudos e investigações no campo educativo deixaram de constituir objectivos a atingir. As restrições do

que já foi iniciado nesta área, ainda frágil, terão consequências inimagináveis.

A tendência parece acentuar-se no isolamento e individualismo do trabalho dos professores com implicações nefastas em termos de desenvolvimento profissional e no ganho de conhecimento em educação.

Em relação ao espólio, um centro de recursos em educação, único no país, pela sua actualidade, pelo conteúdo e acessibilidade e às dinâmicas já iniciadas - “actualmente estavam a decorrer alguns concursos cujo futuro, para já, o ME desconhece” - ignora-se o destino. O mesmo acontece em relação ao *know how* acumulado ao longo dos anos de actividade, provavelmente um dos bens menos visíveis mas de valor inestimável.

Tudo leva a crer que se estão a definir outros objectivos para a educação no País que, à falta de coragem de os assumir, não são explicitados.

Parece acentuar-se a tendência de encontrar formas de dominar a formação e informação de todos e controlar as opiniões.

Em consequência desta medida extremamente preocupante, o cenário é de recusa da educação como formação e toma as cores do que de mais retrogrado pensávamos já não existir na sociedade portuguesa.

Elisa Figueira  
Esc. Sec. D. Luísa de Gusmão  
Helena Amaral  
EB 1 n.º 124, Lisboa  
Maria José Bóia  
EB Prof. Noronha Feio

**EDUCAÇÃO**

**Três inst da educação e do ensino superior**

**IIE, IHE e INAFOP SACRIFICADOS**

Dois dos quatro institutos que o actual Ministério da Educação (ME) tutelava vão ser extintos: o Instituto de Inovação Educacional (IIE) e o Instituto Histórico da Educação (IHE). Também o Instituto Nacional de Acreditação da Formação de Professores (Inafop), herdado pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior, vai ter o mesmo destino. Contudo, o Governo pretende salvaguardar o trabalho que estava a ser feito.

BARBARA WONG

Jamais pôs a hipótese de o instituto pudesse ser extinto. “Manifesto a muitos estranhos”, começa por dizer lembrando que o IIE foi criado no primeiro governo de Cavaco Silva, em 1989. Nomes como “Noesis”, “Inovação”, “Teia”, “Educação Inclusiva”, “Boa Esperança”, “Boas Práticas”, “Educação Ambiental” ou “Educação para os Média” não são desconhecidos dos professores.

da tutela é pouca, o orçamento do IIE é de cerca de um milhão de euros (200 mil contos), portanto, ridiculo”. Maria Emília põe a hipótese de haver interesses imobiliários por trás da decisão ministerial: “O IIE tem um grande valor patrimonial, recentemente restaurado, muito atractivo e com um valor muito superior ao dos orçamentos anuais. Estou curiosa com o que vai acontecer a seguir.”

Quando ao IHE, ainda em fase de instalação, mas a trabalhar em pleno, garante o seu presidente Luís Couto Raposo, a notícia também chegou pela imprensa, “mas confirmada pelo gabinete do senhor ministro”. Quando se reuniu com David Justino, foi dito ao responsável do IHE que a contagem orçamental poderia atingir o instituto, mas não possuiu que pudesse ser extinto. O orçamento anual é de 365 mil euros (73 mil contos).

O IHE foi criado em 1988, depois de um estudo preparatório dirigido pelo profes-

or António Nóvoa, da Universidade de Lisboa, em que se concluiu que era necessário preservar o património histórico, arquitectónico, museológico e arquitectónico da educação, que corria o risco de desaparecer: “Sabemos que há vontade de acuar o trabalho prestado, esperamos que isso se concretize”, declara Couto Raposo.

A Justificação dos ministérios é semelhante: os organismos foram extintos, mas não as suas funções. “As estruturas internas do ME podem absorver o trabalho que estava a ser feito”, diz fonte da Educação. “As funções não vão ser extintas, mas rearmadas”, garante, em relação ao Inafop, fonte do Ministério da Ciência e do Ensino Superior. ■

in Público, 9 de Maio de 2002.